

1 **GRAMÁTICA DA LÍNGUA PORTUGUESA:**  
2 **ANÁLISE DO PONTO DE VISTA CIENTÍFICO E IDEOLÓGICO**

3 *Ricardo Santos David* (FCU; UNIATLANTICO)

4 [ricardosdavid@hotmail.com](mailto:ricardosdavid@hotmail.com)

5  
6 **RESUMO**

7 **O presente artigo trata de dois olhares sobre a gramática e ensino de língua: cien-**  
8 **tífico e ideológico. A base que norteia o conteúdo do texto é um diálogo entre descrição**  
9 **linguística e os efeitos de sentido nos discursos produzidos sobre a disciplina gramáti-**  
10 **ca, sobretudo no que tange à constituição histórica do sentido predominante nos di-**  
11 **versos níveis do ensino de língua: ensino básico e ensino superior.**

12 **Palavras-chave:** Gramática. Ensino de língua. Linguística. Discurso.

13  
14 **1. Introdução**

15 Falar sobre gramática e ensino é uma tarefa comparada ao cami-  
16 nhar sobre um tapete de ouriços, uma vez que os discursos produzidos no  
17 decorrer da história internalizaram valores e modelos – barreiras difíceis  
18 de serem ultrapassadas - pois promovem categorias de pensamento que  
19 não se podem mudar de uma ora para outra. Entretanto, como os estudos  
20 não podem (e não devem) parar, é preciso divulgar alguns pensamentos  
21 outros assentados em pesquisas com uma fundamentação teórica alterna-  
22 tiva sem deixar de ser consistente, sem o que seria impossível, inclusive,  
23 escrever este texto. O ponto de vista apresentado aqui defende a ideia de  
24 que a contribuição do ensino da gramática para o desenvolvimento de  
25 habilidades de leitura e escrita em todas as disciplinas, só se dará se to-  
26 dos os professores de todas as disciplinas revisarem conceitos e imagens  
27 correntes da disciplina gramática. Portanto, nossa reflexão se pautará nos  
28 seguintes conceitos políticos correntes de gramática, tal como foram en-  
29 focados por Sírio Possenti (1983):

30 1. *Gramática* – conjunto de regras para quem quer falar e escrever correta-  
31 mente (correspondente à gramática normativa);

32 2. *Gramática* – conjunto de regras sistematizadas por um teórico a partir da  
33 coleta e análise de dados de uma determinada variedade linguística (corres-  
34 pondente à gramática teórico-descritiva);

35 3. *Gramática* – conjunto de regras utilizadas pelos falantes para atender as ne-  
36 cessidades de interação (correspondente à gramática implícita ou internaliza-  
37 da).

1 De início, podemos chegar à conclusão de que os discursos sobre  
2 o ensino de gramática estão assentados no “falar e escrever corretamen-  
3 te” e nas descrições metalinguísticas da gramática teórico-descritiva.

4 Ensinar a falar e escrever corretamente seria aprender as regras da  
5 gramática normativa e um rol de nomenclaturas.

6 A gramática implícita é considerada um conjunto de desvios, uma  
7 vez que não atende às regras pré-estabelecidas nas gramáticas 1 e 2. Sa-  
8 ber português, pois, é saber regras de acentuação, ortografia, reconhecer  
9 categorias gramaticais e funções sintáticas etc. Diante dessas considera-  
10 ções, a nossa questão centrará a atenção em duas perspectivas: a científica  
11 e a ideológica.

12 Do ponto de vista científico, o conceito de gramática normativa –  
13 conjunto de regras para o bem falar e escrever – não se sustenta, uma vez  
14 que “bem falar e bem escrever” são avaliações subjetivas, em nenhum  
15 outro campo de estudo encontramos tal tipo de avaliação, imaginem um  
16 biólogo dizendo que as células humanas são boas e as células de uma va-  
17 ca não são, ou um geógrafo dizendo que um continente é melhor do que  
18 outro.

19 No mínimo, a pergunta a ser feita é: o que é falar e escrever bem?  
20 O falar em si atende à necessidade que todo falante tem de interagir com  
21 outro, constituindo uma prática social própria de todas as comunidades.  
22 Portanto, “falar e escrever bem”, mesmo apoiando-se nos “grandes escri-  
23 tores” não é corroborado pelos princípios científicos.

24 Uma atualização do conceito de gramática normativa deveria ser  
25 “um conjunto de regras de uma variedade linguística, a padrão, para fins  
26 pedagógicos”. A gramática descritiva, ainda bastante presente no conteú-  
27 do de ensino língua portuguesa nas escolas, é o resultado de uma pesqui-  
28 sa fundamentada em uma determinada corrente de investigação sobre a  
29 linguagem: cooperativismo, estruturalismo, gerativismo, funcionalismo,  
30 etc.

31 Todo objeto de investigação é descrito através de uma linguagem  
32 especializada, a descrição gramatical caracteriza-se também por uma me-  
33 talinguagem para tal feito. Termos como sujeito, objeto, sintagma, mor-  
34 fema, etc. Servem para nomear e sistematizar os fatos linguísticos inves-  
35 tigados. Além disso, é possível observar que temos descrição gramatical  
36 da língua portuguesa que se distinguem: descrição tradicional, descrição  
37 estruturalista, descrição gerativista e assim por diante, cada uma utilizan-

1 do nomenclaturas e interpretações distintas dos fatos da língua portugue-  
2 sa.

3 As pesquisas científicas constituem um componente cultural pró-  
4 prio de toda sociedade letrada e grafocêntrica, cujo objetivo é contribuir  
5 para o aprimoramento da sociedade, atendendo às reais necessidades da  
6 população integradas à possível transformação de determinadas estrutu-  
7 ras. Um dos equívocos no ensino de língua e gramática se dá a partir do  
8 momento que se confunde objeto de investigação científica com objeto  
9 de ensino de língua.

10 A metalinguagem, linguagem especializada para descrever o fun-  
11 cionamento da própria linguagem, da língua e da gramática, tornou-se o  
12 próprio objeto de ensino na educação básica. Ensina-se toda uma nomen-  
13 clatura e uma gama de conceitos provisórios como se fossem perpétuos,  
14 inquestionáveis e cristalizados.

15 A linguagem, como objeto de ensino, é ou deveria ser analisada  
16 em seu funcionamento nos textos, entendendo-os como uma das mais  
17 importantes práticas sociais, proporcionando ao aluno a observação e o  
18 emprego de certos recursos expressivos em contextos situacionais diver-  
19 sos vividos no cotidiano, seja através do texto oral, seja através do texto  
20 escrito, cujo objetivo é atingir uma interação mais significativa para os  
21 sujeitos envolvidos nesse processo.

22 Portanto, o trabalho de análise textual na escola consistiria numa  
23 constante testagem de hipóteses para a produção dos discursos para que  
24 se conseguisse os efeitos de sentido esperados pelo autor e, concomitan-  
25 temente, entendendo que nem sempre os efeitos esperados ocorrem,  
26 mesmo quando se atinge um nível satisfatório de compreensão da relação  
27 sintático-semântica. A gramática implícita ou internalizada, considerada  
28 como desvio do padrão ou deficiência linguística (SOARES, 1990), é ou-  
29 tro fator que merece algumas considerações.

30 Entendendo a gramática como um conjunto de regras que o falan-  
31 te aprendeu desde os primeiros anos de vida para atender a necessidade  
32 de interação, é possível dizer que, na pior das hipóteses, que os desvios  
33 também constituem um conjunto de regras que chamamos de gramática.  
34 De posse de um conceito de gramática associado à variedade padrão da  
35 língua, é (seria) lícito dizer que os usuários que não fazem uso dessa va-  
36 riedade não sabem gramática, portanto não sabem falar e não sabem inte-  
37 ragir.

1 Entretanto, se levarmos em conta os princípios científicos, vere-  
2 mos que o objeto de pesquisa é considerado no seu todo, e neste caso, o  
3 todo é a língua que, por sua vez, constitui-se como um conjunto de varie-  
4 dades, cada qual com regras distintas, cujas bases permitem interações no  
5 contexto social mais amplo. As frases “os meninos estão aqui” e “os me-  
6 nino tá aqui” são elaboradas com regras gramaticais distintas sem prejuí-  
7 zo no processo interativo.

8 Enquanto a primeira utiliza a redundância nas concordâncias no-  
9 minal e verbal, a segunda utiliza a cumulação, ou seja, o morfema grama-  
10 tical – s - assume a função pluralizadora nas referidas concordâncias. Um  
11 ensino de gramática produtivo poderia levar em consideração a gramática  
12 implícita como ponto de partida, desde que os colegas professores come-  
13 cem a analisar as diferentes regras gramaticais empregadas – tão legíti-  
14 mas quanto às legitimadas - pelos alunos nos processos interativos.

## 16 2. *Gramática em uma perspectiva ideológica: variedade culta e nor-* 17 *ma padrão*

18 Para tratar a gramática numa perspectiva ideológica é preciso  
19 atentar para o discurso produzido sobre essa disciplina, identificando  
20 quem o produz para quem e para que. Maurizio Gnerre (1991) aponta  
21 que

22 A separação entre a variedade culta ou padrão das outras é tão profunda  
23 devido a vários motivos; a variedade culta é associada à escrita, é associada à  
24 tradição gramatical, é inventariada nos dicionários e é portadora legítima de  
25 uma tradição cultural e de uma identidade nacional.

26 Tomando emprestado este trecho, acredito que é possível formar a  
27 base do quadro a ser traçado. A vinculação da gramática à escrita diz  
28 respeito a uma tradição que consiste no registro e sistematização de uma  
29 variedade eleita como padrão pela classe que detêm o poder, e cujo obje-  
30 tivo era (ou será ainda?) a comunicação entre os membros dessa classe  
31 através de um código específico que exclui a classe estigmatizada de  
32 dominada.

33 O argumento utilizado para justificar a gramática era (é) a legiti-  
34 midade dos valores de uma cultura que caracterizava (caracteriza) uma  
35 identidade nacional – ou seria parte de uma identidade nacional? Os dis-  
36 cursos com os quais nos deparamo-nos diversos níveis de ensino: funda-  
37 mental, médio e superior não são diferentes dessa tradição. Falas como  
38 “os alunos não sabem português”, “a gramática normativa serve para não

1 deixar as pessoas transformarem a língua numa barbárie”, “se continuar  
2 assim, o que será da nossa língua?” nada mais são do que uma reprodu-  
3 ção (perpetuação) de um sistema de referência construído no decorrer da  
4 nossa história. Entretanto, é de se admitir que os fatos não são tão sim-  
5 ples.

6 A gramática normativa, tradicionalmente entendida e enraizada na  
7 maioria das escolas brasileiras, assume o papel de manutenção de uma  
8 ideologia que se propõe a que os indivíduos não se reconheçam como ci-  
9 dadãos capazes de assumirem a protagonização de seus papéis na cons-  
10 trução de uma sociedade alternativa e, pior, não se reconheçam como su-  
11 jeitos.

12 O aluno pertencente às classes menos favorecidas durante as pri-  
13 meiras séries depara-se com um arsenal de conceitos, regras e nomes es-  
14 tranhos que precisam ser memorizados e reproduzidos nas avaliações,  
15 pois a nota comprovará se esse aluno está aprendendo ou não à língua  
16 portuguesa.

17 De fato, não é difícil verificar, já ao final do ensino fundamental,  
18 do ensino médio e até do superior, o aluno se vendo como um incapaz de  
19 aprender a língua e, embutido nesta constatação, a ideia de que ele, alu-  
20 no, ocupa uma posição social “inferior”. Se, de fato, houvesse o objetivo  
21 de ensinar a gramática normativa, o procedimento ou metodologia seria  
22 outro: a criação de condições efetivas de acesso aos textos escritos na va-  
23 riedade padrão atentando para as regras específicas dessa variedade, que  
24 dão forma aos conteúdos referências.

25 O que verificamos, portanto, é um discurso de que é preciso ensi-  
26 nar a gramática normativa para que as pessoas falem, escrevam, leiam e  
27 ouçam melhor, o que de fato não ocorre. Pelo contrário, deparamo-nos  
28 com a sonegação dessa gramática, à qual chamamos de normativa, ao  
29 nosso povo.

30 Os conteúdos aprendidos no processo de formação dos professo-  
31 res de língua portuguesa apresentam-se fragmentados e de difícil acesso,  
32 uma vez que o normativo se confunde com o descritivo e, para enlouque-  
33 cer os mais sensíveis, a aprendizagem não se desloca para os usos da lin-  
34 guagem. O óbvio, tão próximo, parece inatingível: só aprendemos a  
35 aprimorar a nossa capacidade de interagir através da leitura e a produção  
36 dos textos, pois foi assim que aprendemos desde crianças, ouvindo e fa-  
37 lando.

1 Ler e escrever, portanto, são apenas modalidades de interação  
2 numa sociedade grafocêntrica como a nossa. Semelhante à gramática  
3 normativa, o discurso da gramática descritiva tradicional apresenta o re-  
4 sultado de uma pesquisa como algo definitivo e, ainda, sem uma funda-  
5 mentação teórica explícita.

6 Atrelada aos princípios apontados por Maurizio Gnerre, a gramá-  
7 tica tradicional e outras que incorporaram algumas noções do estrutura-  
8 lismo e do gerativismo, vê a língua como estática e imutável, assim como  
9 sua descrição: inquestionável.

10 O texto é produzido de tal forma que as hipóteses, as teses e os  
11 argumentos inexistem, dessa forma não convidam o leitor a compartilhar  
12 opiniões e posicionamentos, caracterizando-se como um discurso único e  
13 irrefutável, discurso onde ficam escondidas as complexidades próprias do  
14 objeto de investigação científica.

15 Ideologicamente, o discurso das referidas gramáticas parece obje-  
16 tivar a perpetuação da ideia de que tudo está pronto e não é preciso pen-  
17 sar de forma alternativa. Nas escolas, em sua maioria, ainda encontramos  
18 o compêndio gramatical como a melhor solução para se aprender língua.  
19 Compêndios esses que apenas apresentam alguns resultados de pesqui-  
20 sas, mas que dimensionam como inquestionáveis e hegemônicos.

21 Não é demais acrescentar que muitos professores de todos os ní-  
22 veis de ensino assumem o mesmo discurso e a mesma postura metodoló-  
23 gica como se fossem donos de um saber irrefutável, as complexidades,  
24 que deveriam ser estudadas e que proporcionam o aprimoramento inte-  
25 lectual do indivíduo, são simplesmente deixadas de lado.

26 Os discursos sobre a gramática implícita também têm um cunho  
27 ideológico. Os alunos das classes menos favorecidas aprendem a varie-  
28 dade não padrão, conhecendo, portanto, uma gramática que não está de  
29 acordo com o padrão linguístico estabelecido. Dessa forma, os conceitos  
30 certo e errado passam a prevalecer no espaço escolar, quem não fala co-  
31 mo o padrão estabelecido fala errado, ou seja, a grande maioria do nosso  
32 povo.

### 34 **3. Considerações finais**

35 O discurso escolar, pautado na imutabilidade da língua, articula  
36 três pontos centrais da ideologia dominante:

- 1 1- A gramática normativa é a língua portuguesa;
- 2 2- Quem não aprende a gramática normativa não aprende a língua
- 3 portuguesa;
- 4 3- O falar em desacordo com a gramática normativa (falar da maioria
- 5 do nosso povo) é estigmatizado como desvios.

6 Esta articulação cria uma situação artificial, na qual o aluno se vê  
7 em um espaço onde o seu código linguístico, que o permite interagir em  
8 todas as situações, é desprezado. Desprezada a sua linguagem, é despre-  
9 zado o seu ser sujeito.

10 Estas sucintas considerações possuem como objetivo chamar a  
11 atenção para a importância da gramática na formação de habilidades de  
12 leitura e escrita. Entendendo a nossa disciplina – gramática – nas pers-  
13 pectivas aqui apresentadas, acredito que será significativo dar mais um  
14 passo adiante para formar leitores e produtores de textos de uma maneira  
15 mais adequada e coerente.

16 A tarefa não é fácil, pois será preciso ultrapassar os limites de um  
17 sistema de referência constituído no decurso histórico. Todavia, se foi a  
18 linguagem que o constituiu, é essa mesma linguagem que há de propor-  
19 cionar as condições alternativas, e necessárias, para a constituição de um  
20 outro sistema de referência.

21

## 22 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

23 GNERRE, Maurizio. *Linguagem, escrita e poder*. 3. ed. São Paulo:  
24 Martins Fontes, 1991.

25 POSSENTI, Sírio. *Discurso, estilo e subjetividade*. São Paulo: Martins  
26 Fontes, 1988.

27 SOARES, Magda. Letramento e alfabetização: as muitas facetas. *Revista*  
28 *Brasileira de Educação*, n, 25, p. 5-17, jan./abr. 2004. Disponível em:  
29 <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n25/n25a01.pdf>>.